Projeto de Lei do Senado n° 406, de 2012

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Iniciativa:

Ementa:

Confere prioridade aos inquéritos e ações penais nos delitos de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa como crimes hediondos e estabelece regras para a obtenção da prova.

Explicação da Ementa:

Assegura prioridade em qualquer instância ou fase recursal na tramitação dos inquéritos, processos, execução dos atos e diligências nos quais tenham por objetivo a apuração ou instrução procedimental nos crimes peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa (art. 1º). Nos crimes previstos no art. 1º, o delegado de polícia e o Ministério Público poderão requisitar diretamente o fornecimento de dados cadastrais e informações eleitorais, telefônicas e de provedores da rede mundial de computadores – Internet, para a elucidação dos crimes (art. 2º). As empresas de transporte deverão possibilitar, pelo prazo de 10 (dez) anos, acesso direto e permanente do juiz, do Ministério Público ou do delegado de polícia aos bancos de dados de reservas e registro de viagens (art. 3º). As concessionárias de telefonia fixa ou móvel deverão manter, pelo prazo de cinco anos, à disposição das autoridades mencionadas no art. 2º, registros de identificação dos números dos terminais de origem e de destino das ligações telefônicas internacionais, interurbanas e locais (art. 4º). Os provedores da rede mundial de computadores – Internet – deverão manter, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, podendo esse prazo ser prorrogado por determinação judicial fundamentada, à disposição das autoridades mencionadas no art. 2º, os dados de endereçamento eletrônico da origem, hora, data e a referência GMT da conexão efetuada por meio de rede de equipamentos informáticos ou telemáticos (art. 5º). O juiz, a requerimento do Ministério Público ou do assistente de acusação, ou mediante representação de delegado de polícia, ouvido o Ministério Público em vinte e quatro horas, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso de inquérito ou da ação penal, a apreensão ou o sequestro de bens, direitos ou valores do acusado, ou existentes em seu nome, objeto dos crimes mencionados na Lei (art. 6º). Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, a obtenção de provas colhidas na forma dos incisos I a IV da Lei (art. 7º). O Juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até dois terços a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha resultados voltados para identificação de coautores e partícipes dos crimes previstos na lei; revelação de estrutura da organização criminosa; prevenção e recuperação do produto da infração e outros (art. 8º). A Lei entra em vigor na data de sua publicação (art. 9º).

Assunto: Jurídico - Processo

Data de Leitura: 08/11/2012

Tramitação encerrada

Decisão:	Arquivada ao final da Legislatura (art.	**Último local:**	22/12/2022 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)
Destino:	Ao arquivo	**Último estado:**	22/12/2022 - ARQUIVADA AO FINAL

Projeto de Lei do Senado n° 406, de 2012

DA LEGISLATURA

Despacho:

08/11/2012 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCT) Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

26/03/2019

Aprovação de requerimento

Desarquivamento

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Paulo Paim (encerrado em 21/12/2018 - Fim de Legislatura)

CCT - (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Relator(es):

Senador Eunício Oliveira (encerrado em 08/03/2013 - Alteração na composição da comissão)
Senador Sergio Souza (encerrado em 11/06/2013 - Substituído por "ad hoc")
Senador Lobão Filho (Relator Ad hoc) (encerrado em 11/06/2013 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

22/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal
Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA
Ação: A proposição é arquivada definitivamente, nos termos do § 2º do art. 332 do Regimento Interno.

22/12/2022 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

02/04/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Ação: Matéria aguardando distribuição.

26/03/2019 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários
Situação: DESARQUIVADA - RISF ART 332 § 1º
Ação: Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento n° 192, de 2019, solicitando o desarquivamento da presente matéria. A matéria instruída pela CCT, retorna à CCJ, em decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 124 - DSF nº 35

Publicado no DSF Páginas 773-777 - DSF nº 35

Publicado no DSF Páginas 791 - DSF nº 35

26/03/2019 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal
Ação: Encaminhado ao Plenário.

26/03/2019 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

TRAMITAÇÃO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 175, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, de desarquivamento da matéria.

22/03/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação o Parecer n° 63/2019 - PLEN-SF, aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em 11 de junho de 2013.

22/03/2019 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 175, de 2019, tendo como primeiro signatário o Senador Humberto Costa, solicitando o desarquivamento da presente matéria.

Publicado no DSF Páginas 136-144 - DSF nº 33

21/03/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Aguardando leitura de Requerimento, do Senador Humberto Costa, que solicita desarquivamento das matérias.

21/03/2019 SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

Ação: Encaminhado por solicitação.

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

27/02/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Paulo Paim, pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta.

23/12/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

01/08/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

TRAMITAÇÃO

10/04/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 15h35 relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

24/03/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Paulo Paim, para emitir relatório.

11/06/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão às 16 horas e 54 minutos.

Matéria aguardando distribuição.

11/06/2013 SF-CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada nesta data, o Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão, Senador Alfredo Nascimento, designa relator ad hoc o Senador Lobão Filho e, após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, contrário ao Projeto.
À CCJ, para prosseguimento de sua tramitação.

29/04/2013 SF-CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Sérgio Souza, com relatório pela rejeição do projeto, estando em condições de ser incluído em pauta.

12/03/2013 SF-CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador Sérgio Souza, para relatar.

08/03/2013 SF-CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Eunício Oliveira, em virtude de não mais pertencer aos quadros desta Comissão.
A matéria será redistribuída.

28/11/2012 SF-CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Eunício Oliveira, para relatar.

TRAMITAÇÃO

20/11/2012 SF-CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Aguardando distribuição.

12/11/2012 SF-CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: Prazo para recebimento de emendas –
Primeiro dia: 12.11.2012;
Último dia: 19.11.2012.

08/11/2012 SF-CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: Recebido nesta Comissão em 08/11/2012.
Aguardando recebimento de emendas.

08/11/2012 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.
Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Constituição, Justiça e Cidadania; cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 59823-59826

08/11/2012 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 12 (doze) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 406/2012

Data: 08/11/2012

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Local: null

Descrição/Ementa: Confere prioridade aos inquéritos e ações penais nos delitos de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa como crimes hediondos e estabelece regras para a obtenção da prova.

Legislação citada

Data: 08/11/2012

Autor: -

Local: null

Avulso inicial da matéria

Data: 08/11/2012

DOCUMENTOS

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Constituição, Justiça e Cidadania; cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Relatório Legislativo

Data: 29/04/2013

Autor: Senador Sergio Souza (MDB/PR)

Local: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação Legislativa: Devolvido pelo relator, Senador Sérgio Souza, com relatório pela rejeição do projeto, estando em condições de ser incluído em pauta.

Relatório Legislativo

Data: 10/04/2014

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 15h35 relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Requerimento

Data: 26/11/2015

Autor: Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador João Capiberibe (PSB/AP)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Audiência da CTG. *** O Requerimento deixa de ser lido em virtude do término da legislatura e será arquivado.

RQS 175/2019

Data: 22/03/2019

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luiz Carlos do Carmo (MDB/GO), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 175, de 2019, tendo como primeiro signatário o Senador Humberto Costa, solicitando o desarquivamento da presente matéria.

Descrição/Ementa: Desarquivamento das seguintes proposições: PEC 30/2011; PEC 36/2011; PEC 78/2011; PEC 70/2011; PEC 106/2011; PEC 14/2012; PLS 133/2011; PLS 163/2011; PLS 199/2011; PLS 286/2011; PLS 293/2011; PLS 321/2011; PLS 365/2011; PLS 367/2011; PLS 438/2011; PLS 463/2011; PLS 466/2011; PLS 485/2011; PLS 507/2011; PLS 519/2011; PLS 520/2011; PLS 584/2011; PLS 641/2011; PLS 650/2011; PLS 653/2011; PLS 669/2011; PLS 694/2011; PLS 4/2012; PLS 17/2012; PLS 404/2012; PLS 405/2012; PLS 406/2012; PLS 92/2013; PLS 304/2013; PLS 357/2013; PLS 477/2013; PLS 47/2014; PLS 139/2014; PLS 144/2014; PLS 259/2014; PLS 421/2017; PLS 311/2017; PEC 51/2013; PDS 174/2017; PLS 529/2011; PLC 42/2013; PLC 53/2014 e PLS 158/2016.

Listagem ou relatório

DOCUMENTOS

Data: 22/03/2019

Autor: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Local: Plenário do Senado Federal

P.S 63/2019 - CCT/PLEN-SF

Data: 22/03/2019

Autor: Plenário do Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

RQS 192/2019

Data: 26/03/2019

Autor: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Desarquivamento das seguintes matérias: PEC 21/2013; PEC 7/2014; PLS 260/2008; PLS 230/2009; PLS 140/2011; PLS 274/2011; PLS 523/2011; PLS 386/2013; PLS 426/2013; PLS 26/2014; PLS 45/2014; PLS 84/2014; PLS 91/2014; PLS 170/2014; PLS 221/2014; PLS 368/2014; PDS 117/2014; PRS 37/2011; PEC 51/2011; PEC 2/2013; PDS 82/2011; PLS 309/2011; PLS 354/2013; PLS 12/2011; PLS 89/2011; PLS 90/2011; PLS 101/2011; PLS 118/2011; PLS 125/2011; PLS 143/2011; PLS 195/2011; PLS 462/2011; PLS 492/2011; PLS 555/2011; PLS 8/2012; PLS 47/2012; PLS 94/2012; PLS 127/2012; PLS 158/2012; PLS 349/2012; PLS 41/2013; PLS 68/2013, PLS 170/2013, PLS 202/2013, PLS 250/2013, PLS 284/2013, PLS 318/2013, PLS 373/2013, PLS 377/2013, PLS 407/2013; PLS 532/2013; PLS 21/2014; PLS 51/2014; PLS 76/2014; PLS 137/2014; PLS 138/2014; PLS 186/2014; PLS 191/2014; PLS 229/2014; PLS 323/2014; PLS 416/2014; PEC 30/2011; PEC 36/2011; PEC 78/2011; PEC 106/2011; PEC 14/2012; PLS 133/2011; PLS 163/2011; PLS 199/2011; PLS 286/2011; PLS 293/2011; PLS 321/2011; PLS 365/2011; PLS 367/2011; PLS 438/2011; PLS 463/2011; PLS 466/2011; PLS 485/2011; PLS 507/2011; PLS 519/2011; PLS 520/2011; PLS 584/2011; PLS 650/2011; PLS 653/2011; PLS 641/2011; PLS 669/2011; PLS 694/2011; PLS 4/2012; PLS 17/2012; PLS 404/2012; PLS 405/2012; PLS 406/2012; PLS 92/2013; PLS 304/2013; PLS 357/2013; PLS 477/2013; PLS 47/2014; PLS 139/2014; PLS 144/2014; PLS 259/2014; PLC 8/2013; PLS 188/2014; PEC 98/2011; PEC 45/2013; PFS 3/2013; PLS 23/2013; PLS 629/2011; PLS 261/2014; PEC 19/2014; PEC 44/2014; PLS 153/2012; PLS 418/2012; PLS 104/2013; PLS 420/2013; PLS 69/2014; PLS 169/2005; PLS 151/2012; PEC 104/2011; PLS 413/2008; PLS 91/2010; PLS 228/2011; PLS 512/2011; PLS 308/2012; PLS 361/2012; PLS 363/2012; PLS 372/2012; PLS 212/2013; PLS 314/2013; PLS 58/2014; PLS 172/2014; PEC 45/2014; PLS 53/2011; PLS 423/2012; PLS 418/2013; PLS 419/2013; PLS 488/2013; PLS 79/2014; PLS 200/2014; PLS 220/2014; PLS 382/2013; PLS 356/2012; PLS 395/2012; PLS 107/2011; PLS 298/2011; PLS 706/2011; PLS 354/2012; PLS 16/2013; PLS 349/2013; PLS 248/2014; PLS 411/2014; PLS 421/2014; PLS 422/2014; PLS 423/2014; PLS 424/2014; PEC 84/2011; PEC 100/2011; PEC 54/2013; PEC 5/2014; PLS 214/2007; PLS 69/2011; PLS 228/2011; PLS 232/2011; PLS 512/2011; PLS 424/2012; PLS 59/2014 e PLS 262/2014.